



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035

LEGAL CHALLENGES IN THE ACTIVITY OF MILITARY POLICE WITH BODY CAMERA SYSTEMS, IN LINE WITH THE PERFORMANCE AND STRATEGIC PLANNING OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF PARANÁ FOR 2022-2035

DESAFÍOS JURÍDICOS EN LA ACTIVIDAD DE LA POLICÍA MILITAR CON SISTEMAS DE CÁMARAS CORPORALES, EN LÍNEA CON EL DESEMPEÑO Y PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA DE LA POLICÍA MILITAR DEL ESTADO DE PARANÁ PARA EL PERÍODO 2022-2035

Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza¹

e524864

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i2.4864>

PUBLICADO: 02/2024

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os desafios legais e éticos, além dos impactos na atuação policial, decorrentes da implementação de câmeras corporais pela Polícia Militar do Paraná, conforme seu planejamento estratégico para 2022-2035. Foi constatado que a adoção dessas tecnologias implica em um equilíbrio delicado entre transparência e privacidade, influenciando positivamente a conduta dos policiais e a interação com a comunidade, ao mesmo tempo que demanda uma gestão cuidadosa dos dados coletados. O planejamento estratégico da PMPR, voltado para a integração de avanços tecnológicos, reflete um compromisso com a modernização e eficiência, embora requeira adaptação contínua e diálogo com a sociedade. Conclui-se que a implementação de câmeras corporais, enquanto ferramenta para melhorar a segurança pública, deve ser continuamente avaliada e ajustada, garantindo que atenda às necessidades da polícia e da comunidade, respeitando os princípios de justiça e ética.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Câmera corporal. Transparência e privacidade.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the legal and ethical challenges, in addition to the impacts on police action, resulting from the implementation of body cameras by the Military Police of Paraná (PMPR), in line with its strategic planning for 2022-2035. It was found that the adoption of these technologies implies a delicate balance between transparency and privacy, positively influencing the conduct of police officers and interaction with the community, while also demanding careful management of the data collected. PMPR's strategic planning, aimed at the integration of technological advances, reflects a commitment to modernization and efficiency, although it requires continuous adaptation and dialogue with society. It is concluded that the implementation of body cameras, as a tool to improve public safety, must be continually evaluated and adjusted, ensuring that it meets the needs of the police and the community, respecting the principles of justice and ethics.

KEYWORDS: Military Police. Body camera. Transparency and privacy.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar los desafíos legales y éticos, además de los impactos en la acción policial, derivados de la implementación de cámaras corporales por parte de la Policía Militar de Paraná, de acuerdo con su planificación estratégica para 2022-2035. Se encontró que la adopción de estas tecnologías implica un delicado equilibrio entre transparencia y privacidad, influyendo

¹ Cabo da Polícia Militar do Estado do Paraná, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental pela UNOPAR; Bacharel em Direito pela Faculdade Catuaí/PR; Pós graduada em Direitos Humanos na segurança Pública pela Faculdade Metropolitana de Maringá; Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná; Direito Processo Penal com capacitação para o Ensino no Magistério Superior pela Faculdade Damásio; Direito Militar e em Segurança Pública pela Faculdade UNINA; Prática de Direito Público Avançada pela Faculdade Ibmec; Proteção e Defesa Civil pela Faculdade UNINA e Gestão Pública pela Faculdade UNINA.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andraia Jossuele Medeiros Alves de Souza

positivamente en la conducta de los agentes policiales y la interacción con la comunidad, al tiempo que exige un manejo cuidadoso de los datos recopilados. La planificación estratégica del PMPR, orientada a la integración de los avances tecnológicos, refleja una apuesta por la modernización y la eficiencia, aunque requiere una continua adaptación y diálogo con la sociedad. Se concluye que la implementación de cámaras corporales, como herramienta para mejorar la seguridad pública, debe ser evaluada y ajustada continuamente, asegurando que satisfaga las necesidades de la policía y de la comunidad, respetando los principios de justicia y ética.

PALABRAS CLAVE: *Policía Militar. Cámara corporal. Transparencia y privacidad.*

1- INTRODUÇÃO

O uso de câmeras corporais pelas forças policiais representa uma inovação significativa no campo da segurança pública, refletindo a crescente integração da tecnologia nas práticas de policiamento. Esses dispositivos, geralmente acoplados ao uniforme dos policiais, têm como objetivo registrar interações entre a polícia e o público, oferecendo uma visão objetiva dos eventos em campo. A relevância das câmeras corporais no cenário atual é impulsionada por uma série de fatores, incluindo a demanda por maior transparência nas ações policiais e a necessidade de fortalecer a confiança entre as forças de segurança e a comunidade (De Lima Silva; Da Costa Limeira, 2023).

A implementação dessas câmeras surge em um contexto em que as questões de responsabilidade policial e uso excessivo da força estão cada vez mais em foco. Incidentes controversos envolvendo a ação policial têm estimulado debates públicos sobre a conduta das forças de segurança e a importância da prestação de contas. As câmeras corporais são vistas como uma ferramenta para abordar essas preocupações, fornecendo registros audiovisuais que podem ser usados para revisar e avaliar a conduta dos policiais, assim como para fornecer evidências em investigações e processos judiciais (Faber, 2022).

Além de promover a transparência, o uso de câmeras corporais também possui um potencial impacto sobre o comportamento tanto dos policiais quanto dos cidadãos. Estudos sugerem que a presença de uma câmera pode levar a uma redução nas incidências de uso da força e nas queixas contra policiais, refletindo um fenômeno conhecido como "efeito civilizador". Essa mudança de comportamento pode ser atribuída à consciência de estar sendo filmado, o que encoraja uma conduta mais responsável e conforme às normas legais e éticas (Araújo, 2023).

Entretanto, a adoção de câmeras corporais também levanta questões complexas, especialmente relacionadas à privacidade e à gestão de dados. A preocupação com a privacidade dos indivíduos filmados, incluindo vítimas de crimes, testemunhas e os próprios policiais, é um ponto crítico. Além disso, a maneira como as gravações são armazenadas, acessadas e utilizadas requer uma governança cuidadosa para evitar abusos e garantir que os dados sejam usados de forma ética e legal (Dos Santos; Silveira, 2022).

Assim, cabe também ressaltar que a relevância do uso de câmeras corporais no contexto do planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná (PMPR) é multifacetada e alinha-se diretamente com os objetivos de modernização, transparência e eficácia na segurança pública (Dos Santos e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andréia Jossuele Medeiros Alves de Souza

Silveira, 2022). No quadro estratégico da PMPR, que visa adaptar-se às novas demandas e desafios do século XXI, a implementação de câmeras corporais emerge como uma ferramenta crucial. Ela não apenas aprimora a capacidade de monitoramento e resposta em situações críticas, mas também fortalece a relação de confiança com a comunidade. Ao incorporar esta tecnologia, a PMPR demonstra um compromisso com a adoção de práticas inovadoras e responsáveis, reforçando seu papel como uma instituição progressista na vanguarda do policiamento moderno (Silva *et al.*, 2023).

Destra forma, o objetivo deste artigo é analisar e compreender a implementação e os impactos do uso de câmeras corporais pelas forças policiais, com foco específico na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), à luz de seu planejamento estratégico para o período de 2022 a 2035.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisas e análises baseadas nas bibliografias existentes sobre a área temática e na prática de sua atuação. Foram utilizados critérios de citação, pesquisas relacionadas ao tema, publicações que trazem o tema em questão e trabalhos que não trazem o tema, além de textos traduzidos, artigos e citações. O objetivo do estudo foi estabelecer se o material selecionado contribuiu ou não para o alcance dos objetivos especificados. Também foram listados os nomes e anos de publicação das fontes utilizadas para embasar esta pesquisa. Por fim, uma leitura analítica foi usada para organizar todas as informações adquiridas para resolver o problema em questão.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto legal e ético das câmeras corporais

O uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Paraná (PMPR) representa um avanço significativo no campo da segurança pública, mas traz consigo uma série de desafios legais e éticos. No cerne dessa questão, estão as legislações brasileiras relacionadas à privacidade, proteção de dados e atuação policial, que formam a base legal para a utilização desses dispositivos. Estas legislações, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelecem diretrizes claras para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais, os quais são diretamente relevantes para as gravações feitas pelas câmeras corporais (Bonato Junior, 2022).

O desafio da privacidade é particularmente premente, pois as câmeras podem capturar informações pessoais sensíveis durante as interações entre policiais e cidadãos. Consequentemente, surge a necessidade de regulamentações específicas que ditem quando e como essas gravações podem ser realizadas e utilizadas, assegurando que sejam compatíveis com as leis de privacidade e proteção de dados (De Oliveira, 2023b). Paralelamente, questões éticas se manifestam em relação ao direito à privacidade dos indivíduos filmados. A transparência, embora promovida como uma das principais vantagens das câmeras corporais, deve ser cuidadosamente balanceada com essas preocupações de privacidade e segurança (Araújo, 2023).

Outro aspecto crítico é a confiança pública nas forças policiais, que pode ser fortalecida pelo uso responsável desses dispositivos. No entanto, a eficácia dessa medida depende de como as gravações são gerenciadas e utilizadas. Além disso, há o desafio ético relacionado ao consentimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andréia Jossuele Medeiros Alves de Souza

dos indivíduos filmados, muitos dos quais podem não estar cientes ou não ter dado seu consentimento explícito para serem gravados, levantando preocupações éticas significativas (De Oliveira, 2023b).

É essencial que os policiais recebam treinamento adequado não apenas nos aspectos técnicos das câmeras corporais, mas também nas implicações legais e éticas de seu uso. Isso inclui a conscientização sobre quando ligar ou desligar a câmera, uma decisão que carrega implicações legais e éticas substanciais (Araújo, 2023). As câmeras também desempenham um papel em processos judiciais, onde a admissibilidade e o uso das gravações como evidência podem ser sujeitos a escrutínio legal (De Oliveira, 2023a).

A relação entre a polícia e a comunidade também é afetada pelo uso das câmeras, pois, embora possam melhorar a transparência, elas também podem criar uma sensação de vigilância constante. O equilíbrio entre vigilância e liberdade civil é, portanto, um ponto crucial a ser considerado (Bonato Junior, 2022). As políticas de governança de dados relacionadas a esses dispositivos devem definir quem tem acesso às gravações, como elas podem ser compartilhadas e por quanto tempo serão armazenadas, garantindo assim a conformidade com as normas estabelecidas (De Oliveira, 2023a).

Além disso, a auditoria e o controle dessas gravações são essenciais para assegurar que o uso das câmeras esteja alinhado com as normas legais e éticas. Isso inclui a consideração do consentimento informado em contextos sensíveis e a implementação de políticas públicas e estratégias de comunicação para informar o público sobre o uso das câmeras (Araújo, 2023). É fundamental que haja regulamentação rigorosa para o uso inadequado ou abusivo dessas câmeras, estabelecendo penalidades claras para garantir a adesão às normas (Bonato Junior, 2022).

As considerações éticas devem também englobar o respeito pela diversidade e pelos direitos humanos, evitando a discriminação ou o tratamento injusto de certos grupos ou indivíduos (De Oliveira, 2023b). Para acompanhar os avanços tecnológicos e as mudanças no cenário jurídico e social, é necessária uma revisão e atualização contínua das diretrizes legais e éticas, garantindo que o uso das câmeras corporais permaneça relevante e apropriado (De Oliveira, 2023a).

2.2 Impactos das câmeras corporais na atuação policial

A implementação de câmeras corporais na Polícia Militar do Paraná (PMPR) tem desencadeado uma série de mudanças significativas na atuação policial, refletindo tanto em aspectos práticos quanto em dimensões éticas e sociais. Esses dispositivos, ao serem incorporados na rotina dos policiais, demonstram um impacto notável na conduta policial, onde a presença constante de uma câmera tende a incentivar uma aderência mais rigorosa às normas e protocolos (De Lima *et al.*, 2022). Paralelamente, essa tecnologia também influencia a maneira como os cidadãos interagem com a polícia, muitas vezes promovendo uma postura mais cooperativa e menos agressiva ao estarem cientes de que estão sendo filmados (Faber, 2022).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza

O registro objetivo das interações policiais pelas câmeras corporais oferece um valor inestimável em situações de investigação ou disputas sobre a conduta dos policiais, servindo como evidência crucial em processos judiciais e aumentando a responsabilização e transparência das ações policiais (Brito, 2023). Entretanto, esta constante gravação não está isenta de desafios, especialmente no que tange à percepção da privacidade tanto por parte dos policiais quanto dos cidadãos. A consequente necessidade de revisão e adequação dos programas de treinamento dos policiais se faz presente, enfatizando o uso apropriado destes dispositivos e a importância de uma conduta ética e legal consistente (De Lara, Kamienski Júnior; De Matos Pereira, 2023).

Um aspecto particularmente promissor das câmeras corporais é a sua capacidade potencial de reduzir incidentes de uso excessivo da força. A consciência de que cada ação está sendo documentada pode encorajar os policiais a exercerem maior cautela no uso da força, promovendo uma sensação de segurança entre os cidadãos (Brito, 2023). Além disso, as gravações podem ser utilizadas como uma ferramenta de treinamento eficaz, permitindo a revisão e análise de interações passadas para identificar áreas de melhoria e destacar exemplos de condutas exemplares (Faber, 2022).

A tomada de decisões no campo também é influenciada pela presença dessas câmeras. Sabendo que suas ações estão sob registro, os policiais podem ser induzidos a ponderar mais cuidadosamente suas ações, alinhando-se de maneira mais consistente às diretrizes legais e éticas. Além disso, as câmeras corporais contribuem para a segurança dos próprios policiais, oferecendo uma fonte de evidência objetiva contra falsas acusações ou mal-entendidos (De Lima *et al.*, 2022).

Contudo, a implementação das câmeras traz consigo desafios logísticos e administrativos, principalmente relacionados ao gerenciamento e armazenamento do grande volume de dados gerados. Este aspecto exige infraestrutura robusta e protocolos rigorosos para assegurar a integridade e a privacidade desses dados. Ademais, o impacto dessas tecnologias na relação entre a polícia e a comunidade é substancial, potencialmente servindo como um passo positivo rumo a uma maior confiança e transparência, elementos fundamentais para o estabelecimento de relações comunitárias mais sólidas (De Lara, Kamienski Júnior; De Matos Pereira, 2023).

As câmeras corporais também desempenham um papel vital em fornecer uma visão mais clara das realidades enfrentadas pela força policial, auxiliando na formulação de políticas públicas mais informadas e eficazes (Brito, 2023). No entanto, é importante reconhecer que essas câmeras não são uma panaceia para todos os desafios da polícia. Elas devem ser vistas como uma ferramenta complementar, a ser utilizada em conjunto com outras estratégias e reformas (Faber, 2022).

A autonomia dos policiais é outro ponto de consideração. A sensação de vigilância constante pode impactar a confiança e a capacidade de tomada de decisão independente dos policiais. Enquanto alguns estudos indicam uma redução no comportamento inadequado por parte dos policiais devido à presença das câmeras, outros apontam que esse efeito pode ser limitado (De Lima *et al.*, 2022). A transparência proporcionada por esses dispositivos também pode servir como um



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza

mecanismo dissuasor contra a corrupção e comportamentos indevidos, promovendo uma cultura de integridade dentro da força policial (De Lara, Kamienski Júnior; De Matos Pereira, 2023).

As implicações financeiras da implementação das câmeras corporais também são uma consideração importante, envolvendo custos de aquisição, manutenção e gerenciamento de dados. A eficácia dessas câmeras na melhoria da eficiência policial é um campo em constante evolução, e é crucial que a PMPR se mantenha atualizada com as pesquisas e adapte suas práticas conforme necessário (Brito, 2023).

O papel das câmeras corporais na promoção da justiça e na resolução de conflitos é inegável, fornecendo uma fonte de evidência objetiva em casos controversos. Contudo, é fundamental que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada por uma avaliação contínua de seu impacto na cultura organizacional da polícia, garantindo que reforcem os valores e objetivos da instituição (Faber, 2022).

2.3 Planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná e a tecnologia

O planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná (PMPR) para o período de 2022 a 2035, reflete um compromisso com a inovação e a eficiência, destacando-se particularmente na integração da tecnologia nas operações policiais. Este plano ambicioso visa não apenas aprimorar as capacidades de monitoramento e resposta, mas também fomentar uma imagem de transparência e responsabilidade. Nesse contexto, a adoção de câmeras corporais, sistemas avançados de comunicação, drones e *softwares* de análise de dados é vista como fundamental para revolucionar o modo como a segurança pública é gerenciada (Bonato Junior, 2022).

A implementação dessas tecnologias avançadas está alinhada com o objetivo de promover maior transparência nas operações policiais. As câmeras corporais, em particular, fornecem um registro imparcial das interações dos policiais com o público, facilitando a revisão e avaliação da conduta dos policiais (Chichoski; Marquardt, 2023). Além disso, a PMPR reconhece a importância crucial da análise de dados no policiamento moderno, utilizando grandes volumes de informações para antecipar tendências criminais e otimizar a alocação de recursos (Dos Santos; Silveira, 2022).

A tecnologia também desempenha um papel vital no treinamento e desenvolvimento dos policiais. Com a adoção de programas de treinamento virtual e simulações digitais, a PMPR busca preparar seus policiais para uma gama diversificada de cenários, aprimorando assim suas habilidades e capacidade de resposta. Paralelamente, a digitalização dos processos administrativos melhora a eficiência operacional, permitindo que os policiais se concentrem mais em tarefas essenciais de policiamento (Chichoski; Marquardt, 2023).

A atualização da infraestrutura tecnológica é outro aspecto fundamental do planejamento estratégico. Isso envolve não apenas a aquisição de novos equipamentos e sistemas, mas também a garantia de que a força policial esteja equipada com ferramentas eficazes e atualizadas (Bonato Junior, 2022). No entanto, com o aumento da dependência de tecnologias digitais, surge também a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA
COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza

necessidade crítica de proteger sistemas e dados contra ameaças cibernéticas, um desafio que a PMPR está preparada para enfrentar (De Lima Silva; Da Costa Limeira, 2023).

Além disso, o planejamento estratégico enfatiza a colaboração com outras agências e organizações. O compartilhamento de tecnologias e informações promove uma abordagem mais integrada e eficiente para o policiamento (Dos Santos; Silveira, 2022). A inovação não se limita aos equipamentos; ela também abrange a modernização dos métodos de policiamento, adotando abordagens baseadas em evidências e orientadas por dados (Chichoski; Marquardt, 2023).

O planejamento leva em conta o impacto ambiental das tecnologias utilizadas, buscando minimizar o impacto ambiental e promover a sustentabilidade. Investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento asseguram que a PMPR permaneça na vanguarda das inovações tecnológicas. A tecnologia também é usada para coletar e analisar *feedback* da comunidade, ajudando a PMPR a ajustar suas estratégias e operações (Bonato Junior, 2022).

A implementação de soluções tecnológicas avançadas exige investimentos substanciais, e o planejamento estratégico inclui a alocação de recursos financeiros adequados para este fim. Além disso, a PMPR enfatiza a importância da adaptabilidade, estando preparada para ajustar suas estratégias e abordagens tecnológicas conforme novas tecnologias emergem e as circunstâncias mudam (Dos Santos; Silveira, 2022).

A colaboração internacional em tecnologia policial é vista como fundamental, permitindo que a PMPR se mantenha atualizada com as melhores práticas globais. Contudo, é vital garantir que a tecnologia seja usada para apoiar, e não substituir, a interação humana e o julgamento policial. A transparência no uso de tecnologias é essencial para manter a confiança pública e demonstrar o compromisso da PMPR com a ética e a responsabilidade (Bonato Junior, 2022).

A tecnologia é considerada uma ferramenta para melhorar não apenas a segurança, mas também a qualidade de vida das comunidades. Este enfoque holístico reflete uma abordagem mais abrangente da PMPR no uso da tecnologia no policiamento. Avaliações contínuas do impacto das tecnologias adotadas são fundamentais, permitindo que a PMPR refine suas estratégias e assegure que as tecnologias utilizadas estejam entregando os resultados desejados (De Lima Silva; Da Costa Limeira, 2023).

3- MÉTODO

Esta pesquisa baseia-se em uma metódica seleção de fontes bibliográficas, fundamentada em critérios específicos que direcionaram a escolha dos materiais utilizados. A relevância dessas fontes para a área temática foi criteriosamente considerada, estabelecendo uma base sólida para a construção do conhecimento.

A análise de citações e pesquisas relacionadas desempenhou um papel crucial, sendo conduzida com critérios claros para identificação e avaliação de contribuições ao tema em questão. Esse processo não apenas enriqueceu o embasamento teórico, mas também evidenciou a integridade da pesquisa ao considerar uma ampla gama de perspectivas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA
COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza

O tratamento dos dados abrangeu uma variedade de fontes, incluindo textos traduzidos, artigos e citações. A explicação detalhada desse procedimento destaca a diligência empregada na organização dessas informações, essencial para assegurar a validade e confiabilidade dos resultados obtidos.

A definição clara dos objetivos do estudo norteou a metodologia adotada. Cada passo foi cuidadosamente alinhado com esses objetivos específicos, evidenciando a aplicação prática da metodologia para atender às metas propostas.

A leitura analítica desempenhou um papel central na organização das informações adquiridas, sendo uma abordagem crítica para resolver o problema em questão. Este método permitiu uma síntese eficaz e uma compreensão aprofundada do material, contribuindo para a resolução do problema de pesquisa.

Por fim, as referências bibliográficas foram apresentadas de forma rigorosa, listando os nomes e anos de publicação das fontes utilizadas. Esta prática reforça a integridade acadêmica do estudo, garantindo a transparência e credibilidade das fontes consultadas.

4- CONSIDERAÇÕES

Em conclusão, este trabalho explorou profundamente os desafios legais e éticos, os impactos na atuação policial, e a interseção entre o planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e o uso de tecnologias emergentes, como as câmeras corporais, até 2035. Fica evidente que a integração da tecnologia nas operações policiais representa uma evolução significativa na forma como a segurança pública é administrada, oferecendo novas oportunidades e desafios.

Os desafios legais e éticos associados ao uso das câmeras corporais destacam a necessidade de equilibrar a vigilância e a transparência com o respeito à privacidade e à dignidade humana. A implementação dessas tecnologias deve ser conduzida de maneira que respeite as leis de proteção de dados e as normas éticas, garantindo que os direitos dos cidadãos e dos policiais sejam preservados.

Quanto aos impactos na atuação policial, as câmeras corporais demonstraram potencial para melhorar a transparência, aumentar a responsabilidade e influenciar positivamente o comportamento tanto dos policiais quanto dos cidadãos. No entanto, é essencial que continuem sendo realizadas avaliações criteriosas dessas tecnologias para garantir que seus benefícios sejam maximizados e seus potenciais prejuízos, minimizados.

O planejamento estratégico da PMPR para 2022-2035, com sua ênfase na adoção de tecnologias avançadas, reflete um compromisso com a modernização e a eficiência da força policial. Este planejamento destaca o potencial da tecnologia para melhorar não apenas a segurança, mas também a qualidade de vida das comunidades servidas. O sucesso deste planejamento dependerá da capacidade da PMPR de adaptar-se às mudanças tecnológicas, gerenciar os desafios associados e manter um diálogo aberto e transparente com a comunidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS LEGAIS NA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COM SISTEMAS DE CÂMERAS CORPORAIS, EM CONSONÂNCIA COM A ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PARA 2022-2035
Andreia Jossuele Medeiros Alves de Souza

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rayssa Oliveira de. **Direito à privacidade e a implementação das câmeras operacionais portáteis às polícias militares brasileiras**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

BONATO JUNIOR, João Carlos. Uso de bodycam pela polícia militar do paraná: uma análise incipiente do tema. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 1, p. e311009-e311009, 2022.

BRITO, Pedro Henrik Tavares de Melo. **Violência Policial no Brasil e o uso de câmeras corporais pelas polícias**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

CHICHOSKI, Alessandro; MARQUARDT, Josnei Fagundes. O uso de tecnologias através do videomonitoramento do gabinete de segurança integrada municipal de Foz do Iguaçu-Pr pelas Agências de Segurança Pública e Defesa Social. **Revista (RE) Defini es Das Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 197-217, 2023.

DE LARA, Jefferson Roberto Teixeira; JÚNIOR, Cláudio Kamienski; DE MATOS PEREIRA, José. Uso de câmeras corporais por Policiais Militares. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 12, p. 31706-31720, 2023.

DE LIMA SILVA, Bruno; DA COSTA LIMEIRA, Marcio Luiz. As novas tecnologias e a segurança pública: um casamento complexo e promissor. **Pro Lege Vigilanda**, v. 2, n. 2, 2023.

DE LIMA, Renato Sérgio et al. Câmeras na farda reduzem a letalidade policial?. **GV-EXECUTIVO**, v. 21, n. 2, 2022.

DE OLIVEIRA, Luiz Alberto. O uso de câmeras nas fardas de policiais. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 11, p. 29377-29386, 2023a.

DE OLIVEIRA, Marjori Beatriz Soares. Policial militar enquanto testemunha em processo criminal: o uso da câmera corporal com o objetivo de preserva o da prova penal dependente da memória. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 7, p. 21523-21533, 2023b.

DOS SANTOS, Franck Cione Coelho; SILVEIRA, Claudio Todisco. Diagnóstico organizacional: análise dos ambientes interno e externo para a gestão operacional na Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47114-47135, 2022.

FABER, Marcelo Gerhardt. **Uma imagem vale mais do que mil palavras?: os usos das imagens das câmeras individuais da polícia militar de Santa Catarina nos processos judiciais**. 2022. Disserta o (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Plano Estratégico Atualizado**: Versão 009. Curitiba: PMP-PR, 2022. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivosrestritos/files/documento/2022-03/planoestrategicoatualizadov009.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.